

GUERRAS POR RECURSOS: O PETRÓLEO NO BRASIL

Resource wars: the petroleum in Brazil

Alexandre Andrade Alvarenga ¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **E-mail:** aaa_ri@hotmail.com. **ORCID:** <http://orcid.org/0000-0001-6762-9282>

Recebido em: 16 dez. 2019 | Aceito em: 02 mar. 2020.

RESUMO

O objetivo desse artigo foi analisar o setor de petróleo no Brasil a partir de uma perspectiva geopolítica de “guerras por recursos”, que caracteriza a geopolítica moderna como uma ordem internacional marcada por crescentes disputas e conflitos por recursos naturais e energéticos estratégicos. Entendendo “guerras por recursos” tanto como disputas e conflitos bélicos e militares quanto disputas e conflitos políticos, econômicos e sociais pelo acesso e controle de recursos estratégicos, como o petróleo, o artigo procurou entender como esse fenômeno se manifesta no Brasil e identificar os principais atores, estratégias, ações, reações e pressões relacionadas ao tema. Para tanto, realizou-se uma breve apresentação conceitual sobre “guerras por recursos” e uma revisão bibliográfica e de notícias relacionadas ao petróleo no Brasil.

Palavras-chave: Guerras por recursos; Petróleo; Brasil.

ABSTRACT

This article proposes a reflection on the oil sector in Brazil according to the perspective of “resource wars”, which characterizes the modern geopolitics as an international order marked by growing disputes and conflicts for strategic natural and energy resources. Understanding “resource wars” as much as warlike disputes and conflicts, as political, economic and social disputes promoted by different actors over natural resources access and control, the article sought, more specifically, to understand how this disputes and conflicts occur in Brazil and to identify the main actors, context, strategies and actions related to the subject. To achieve this goal, a brief conceptual presentation about resource war was made along with a literature and news review.

Keywords: Resource wars; Petroleum; Brazil.

INTRODUÇÃO

A geopolítica de “guerras por recursos” pode ser entendida como uma ordem internacional marcada por crescentes disputas e conflitos entre diferentes atores por recursos naturais, como petróleo, gás natural, urânio, terras raras, terras agricultáveis, recursos florestais e água. A ideia central é que as pressões exercidas pela expansão da economia capitalista, pelos diferentes projetos de hegemonia internacional, pela degradação ambiental e pela perspectiva de escassez em um cenário de crescente demanda energética tendem a criar mais disputas e conflitos em diferentes contextos por acesso e controle dos principais recursos em escala global. Nesse contexto, o controle sobre recursos naturais, reservas, mercados, fluxos comerciais e tecnologias passa a ser uma questão central para segurança, soberania e desenvolvimento dos atores e um dos principais indicadores de poder, força e riqueza na configuração de poder mundial. Essa percepção, por sua vez, vem causando ainda mais disputas e conflitos com o movimento de atores internacionais em direção aos países detentores de recursos naturais, demandando diferentes estratégias e ações que merecem atenção (Klare, 2008).

A dinâmica geopolítica de “guerras por recursos” não se manifesta somente por meios bélicos e militares ou entre estados nacionais, mas também por meios políticos, diplomáticos, econômicos, jurídicos e sociais a partir de diferentes atores. Nesse sentido, destacam-se, além dos estados, a atuação e a influência de organizações internacionais, empresas, instituições políticas e jurídicas, meios de comunicação, movimentos sociais e até indivíduos. Além de intervenções, acordos e operações de assistências militar, verifica-se também sanções econômicas, financiamentos de grupos políticos e de atividade econômicas, lobby, processos judiciais, espionagem comercial, promoção de doutrinas econômicas, articulações com meios de comunicação e mobilizações populares (Klare, 2008).

Dentre os recursos mais disputados, destaca-se o petróleo, um recurso fundamental para a economia e para geopolítica mundial por ser base das matrizes energéticas das forças armadas, da indústria e dos meios de transportes em geral desde o final do século XIX. Atualmente, o petróleo corresponde a 37% da matriz energética mundial, 93% da matriz de transportes e 71% da indústria química. Dentre os principais produtores de petróleo, estão EUA, Arábia Saudita e Rússia, sendo os maiores consumidores EUA, China e Índia. Arábia Saudita, Rússia, Iraque e Irã estão dentre os principais exportadores, enquanto China, EUA e Índia são os maiores importadores (IEA, 2019).

Durante o século XX, o petróleo foi central na maioria das questões e conflitos geopolíticos, como na Primeira e Segunda Guerra Mundial. Do mesmo modo, no século XXI, tem-se presenciado diversos conflitos nos quais o petróleo também ocupa uma posição central, como nos casos de intervenção no Iraque (2003), na Geórgia (2009) e na Líbia (2011).

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é analisar o setor de petróleo no Brasil, de modo a identificar e pontuar disputas, conflitos, atores, estratégias, ações e reações que possam apontar para a existência de “guerras por recursos” no país e demonstrar como esse fenômeno se manifesta. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre o tema e uma pesquisa sobre notícias que possam revelar a atuação de atores internacionais em busca de acesso e controle sobre o petróleo nacional. Foram observadas operações, intervenções, tratados e alianças militares, alinhamentos diplomáticos e sanções econômicas, iniciativas legislativas, políticas econômicas, disputas comerciais, lobby, espionagem, processos judiciais, atuação de meios de comunicação, movimentos sociais, protestos, dentre outras ações em busca de acesso e controle sobre o petróleo brasileiro.

GEOPOLÍTICA DO PETROLEO

No século XXI, ressalta-se a projeção geopolítica, econômica e ideológica de algumas potências em direção a regiões detentoras de recursos naturais, sobretudo petróleo, no Oriente Médio, Ásia Central, África e América Latina. No caso dos EUA, destaca-se a sua presença geopolítica na região do Oriente Médio, que se intensificou após a Revolução Iraniana de 1979 a partir da Doutrina Carter, que tinha como objetivo principal conter qualquer instabilidade na

região que ameaçasse o fornecimento e os fluxos internacionais de petróleo. Nesse contexto, inserem-se os acordos militares de fornecimento de material bélico, proteção logística e transferência de tecnologia com a Arábia Saudita e as intervenções militares e sanções econômicas ao Irã e ao Iraque. Os EUA criaram forças navais operacionais no Golfo Pérsico, no Mar Cáspio, na África e no Atlântico Sul para assegurar o suprimento e os principais fluxos de petróleo mundiais. Destaca-se também a projeção de multinacionais norte-americanas, atuando muitas vezes em conjunto com as forças armadas e outras instituições dos EUA em algumas ex-repúblicas soviéticas, como Geórgia, Azerbaijão e Cazaquistão, e em países da África e América Latina, como Sudão, Nigéria, Colômbia e Brasil (Klare, 2008; Yergin, 2014).

No caso da China, nota-se sua projeção geopolítica, naval e econômica no Mar da China em busca de petróleo e gás natural, causando disputas e conflitos militares e diplomáticos com Tailândia, Vietnã, Indonésia, Filipinas e Japão. Também é relevante sua atuação diplomática e econômica na África e na América Latina, exercendo um papel significativo como parceiro comercial e investidor direto em projetos de exploração de recursos naturais em países como Angola, Venezuela e Brasil. No caso das empresas chinesas, percebe-se uma maior presença da CNOOC e da Sinopec no setor e no mercado de petróleo de diversos países, levando a uma disputa crescente com empresas norte-americanas e europeias. Sobre a Rússia, chama à atenção a disputa geopolítica com os EUA em seu entorno regional pelo petróleo do Mar Cáspio e do Mar Negro e também intervenções militares e apoio econômico em países e regiões como Geórgia, Chechênia, Afeganistão, Ucrânia e Síria. Além disso, a Rússia também assinou acordos militares e econômicos com a Venezuela e com a China, essa com projetos de construção de linhas de dutos na região da Sibéria e de comércio regional de petróleo (Klare, 2008; Yergin, 2014).

O Brasil, por sua vez, figura entre os dez maiores produtores, consumidores e refinadores mundiais de petróleo e vem ganhando espaço como exportador a partir do desenvolvimento de tecnologias de exploração *offshore* e das reservas do pré-Sal, encontrando-se tanto em posição de destaque, pela ampliação de suas reservas e pelo crescimento de sua produção, quanto em posição de vulnerabilidade, por ser uma nova fronteira de exploração (IEA, 2019, Yergin, 2014). Além disso, o país é um dos maiores detentores de recursos naturais no mundo, o que aumenta seu valor geopolítico. No entanto, desde 2009, o Brasil vem passando por crises e instabilidades políticas e econômicas relacionadas ao setor de petróleo, sobretudo no que diz respeito à Petrobras e ao pré-Sal. Esse cenário levanta questões sobre a existência de “guerras por recursos” no Brasil e sobre riscos e ameaças à soberania e ao desenvolvimento nacional.

O DESENVOLVIMENTO DO PETRÓLEO NO BRASIL

No início do século XX, o Brasil era um país majoritariamente agrário e exportador de café. Para as oligarquias cafeeiras que dominavam a política nacional, o desenvolvimento do setor de petróleo não era prioridade, sendo, inclusive, desacreditada sua existência no país. No entanto, após a Primeira Guerra Mundial, com a ascensão do petróleo nas matrizes energéticas industriais e militares dos estados nacionais e com a formação do oligopólio das Sete Irmãs (Chevron, Exxon, Mobile, Texaco, Royal Dutch Shell, BP, Gulf), surgiram debates questionando a existência de

petróleo no Brasil, sua relação com a soberania e o desenvolvimento nacional e os interesses das multinacionais no país (Lobato, 1956; Cervo, 2008; Yergin, 2010).

Com a Revolução de 1930 e a Constituição de 1934, as riquezas do subsolo foram nacionalizadas, contudo o desenvolvimento do setor de petróleo ainda era lento e ineficiente, gerando protestos, mobilização social e reações do governo. Em 1936, foi publicado o livro *O Escândalo do Petróleo e Ferro* de Monteiro Lobato, que teceu duras críticas ao Governo Vargas, por “não perfurar nem deixar que perfure”, e às multinacionais, por dificultar a exploração e a ascensão de empresas nacionais (Lobato, 1956). O livro foi censurado no Estado Novo em 1937 e, em 1941, Lobato, que também havia fundando três empresas de petróleo, foi preso por subversão. Com a Constituição de 1937, os recursos naturais permaneceram nacionalizados e, em 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) para desenvolver e regulamentar a indústria nacional. Já em 1939, foram descobertos e perfurados os primeiros poços do Brasil, na Bahia, que logo foram estatizados, gerando críticas por parte de alguns empresários nacionais. Posteriormente, foram perfurados mais de 50 poços na região. Contudo, até 1950, o setor foi pouco produtivo e o Brasil importou mais de 90% dos derivados de petróleo consumidos no país (Yergin, 2010; Peyerl; Figuerôa, 2012; Dias, Quaglino, 1993).

Depois da Segunda Guerra Mundial e da ascensão geopolítica do petróleo, as pressões se intensificaram e as disputas passaram a girar em torno de como e quem deveria explorar esses recursos, dividindo a questão entre “liberais” e “nacionalistas”. De um lado, defendia-se a abertura do setor e o modelo de concessões às empresas multinacionais devido da inexistência de grandes empresas nacionais de petróleo. Do outro, defendia-se a nacionalização do setor a partir do monopólio do estado e a criação de uma empresa estatal. Diante desse cenário e alinhado externamente aos EUA, Dutra promulgou a Constituição de 1946, de caráter liberal, que permitia a participação de empresas estrangeiras em atividades de exploração. Além disso, propôs o Estatuto do Petróleo em 1947, que complementaria o texto constitucional e regularia a participação de empresas estrangeiras no setor junto ao CNP.

Interessada em obter direitos de exploração e abrir o mercado brasileiro, a Standard Oil financiou campanhas midiáticas, propagandas e programas jornalísticos de rádio e TV no Brasil, como o Repórter Esso, o que gerou reações de setores da sociedade que defendiam a nacionalização do petróleo, como o Clube Militar, acirrando os debates e as disputas políticas em torno desse recurso. Em 1948, foi criado o Centro de Estudos de Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), de viés nacionalista, e a Campanha do Petróleo (O Petróleo é Nosso), da qual participaram políticos, militares, intelectuais, empresários, trabalhadores e estudantes em defesa da nacionalização dos recursos energéticos e da criação de uma empresa estatal alinhada aos interesses e ao desenvolvimento do país (Cervo, 2008; Garcia, 2005; Klöckner, 2001; Dias, Quaglino, 1993).

Apesar da Campanha do Petróleo, Vargas tentou repetir em seu segundo mandato, a estratégia de “alinhamento negociado” e de “desenvolvimento associado” em relação aos EUA.

Na prática, o Brasil forneceria produtos primários e recursos naturais estratégicos e abriria seu mercado às empresas e capitais internacionais em troca de recursos financeiros e de transferência tecnológica para a industrialização do país. No entanto, o contexto de Guerra Fria e a negligência dos EUA em relação à América Latina acabaram frustrando o governo brasileiro, que passou a exercer uma política mais nacionalista, estatizando os recursos energéticos do país e, dentre outras medidas, criando a Petrobras em 1953, uma empresa nacional e estatal que tinha como objetivo descobrir petróleo e suprir as necessidades energéticas da economia brasileira. A Petrobras exerceria monopólio sobre a exploração, produção, refino e distribuição, contrariando o interesse das empresas multinacionais e atendendo as demandas dos setores mais nacionalistas (Cervo, 2008).

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil adotou um modelo econômico nacional-desenvolvimentista e uma política externa mais independente e pragmática, tendo o petróleo e a Petrobrás um lugar de destaque. Nesse período, a Petrobras estruturou a produção e o mercado nacional, criou empresas subsidiárias (Liquigás e BR Distribuidora) e desenvolveu projetos de pesquisa e prospecção doméstica e internacional. Já o Brasil se aproximou diplomaticamente de países produtores de petróleo e gás, como Bolívia, Venezuela, URSS, Nigéria e países do Oriente Médio, sobretudo após a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960. Contudo, devido à baixa produtividade das reservas nacionais e à crescente oferta a preços estáveis estabelecidos pelo oligopólio das Sete Irmãs, o Brasil continuou importando petróleo (Cervo, 2008; Garcia, 2005, Yergin, 2010).

Na década de 1970, após os Choques do Petróleo e a ascensão geopolítica da OPEP, o Brasil aprofundou ainda mais suas relações com países do Oriente Médio para dar continuidade ao seu projeto desenvolvimentista e superar a dependência em relação às Sete Irmãs, com destaque para o estreitamento de relações diplomáticas e comerciais com Irã, Iraque, Arábia Saudita Egito, Líbia, Qatar, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã e Kuwait. Por outro lado, a Petrobras criou a Braspetro (Petrobras Internacional) e internacionalizou-se em direção à África, Ásia e América Latina, seguindo uma estratégia de desenvolver tecnologias, ampliar e diversificar mercados e buscar alternativas às instabilidades mundiais. Na década de 1980, foi criado o Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP 1000), que permitiu a exploração de reservas marítimas localizadas a mais de 1.000 metros de profundidade, e promulgada a Constituição de 1988, que estabeleceu o monopólio da União sobre pesquisa, exploração, refino, comercialização e transporte de petróleo (Cervo, 2008; Garcia, 2005, Yergin, 2010; Ortiz Neto; Costa, 2007).

Na década de 1990, com o esgotamento do regime militar e do modelo desenvolvimentista e a ascensão do neoliberalismo nas relações internacionais, o Brasil passou por um processo de redemocratização, reorganização política, abertura econômica, privatizações e novos investimentos, sobretudo no setor de petróleo. Nesse contexto, destaca-se o lançamento do PROCAP 2000 em 1993, que resultou na descoberta de grandes reservas na Bacia de Campos em 1996, e a Lei do Petróleo de 1997, criada no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que

extinguiu o monopólio da Petrobras e permitiu a participação de empresas e capitais estrangeiros nas atividades de exploração, produção e distribuição. De acordo com essa lei, a Petrobras poderia decidir quais campos explorar exclusivamente e quais estabelecer concessões e parcerias com companhias privadas. A lei ainda criou a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para regular e planejar as atividades relacionadas ao setor. Ainda nesse contexto, a Petrobras abriu seu capital social na bolsa de valores e criou a Gaspetro em 1998, uma *holding* de capital aberto para comercialização e distribuição de gás natural (Garcia, 2005; Cervo, 2008; Ortiz Neto; Costa, 2007; Passarinho, 2019).

O PETRÓLEO DO BRASIL NO SÉCULO XXI

No início do século XXI, o Brasil iniciou um novo ciclo de desenvolvimento econômico e de ascensão internacional, buscando associar soberania, segurança energética, crescimento socioeconômico e desenvolvimento tecnológico, sobretudo por meio da exploração do pré-Sal e da internacionalização da Petrobrás. Contudo, notam-se algumas disputas, conflitos, instabilidades, ações e mudanças relacionadas ao setor de petróleo no Brasil e à política externa brasileira que também levantam questões sobre a existência de “guerras por recursos” no país e dão pistas sobre por que meios esse fenômeno se manifesta.

No segundo Governo FHC, a Petrobras lançou o PROCAP 3000, que permitiu a descoberta e a exploração do pré-Sal (Ortiz Neto; Costa, 2007). Em 2001, a empresa recebeu da ANP a primeira concessão para exploração dessas reservas e, em 2002, comprou a Perez Companc Energia, segunda maior empresa de petróleo da Argentina, que tinha operações no Brasil, Bolívia, Peru e Venezuela, dobrando a produção total de petróleo do país. Em 2005, no Governo Lula, a Petrobras realizou a primeira extração do pré-Sal e, em seguida, descobriu grandes reservas na Bacia de Campos e de Santos, colocando o Brasil em um novo patamar dentro da economia mundial do petróleo e elevando a estatal brasileira ao grupo das cinco maiores empresas de petróleo do mundo. Ainda em 2006, a Petrobras comprou a refinaria de petróleo de Pasadena nos EUA, gerando protestos por parte de setores nacionais (G1, 2019a).

Em 2008, a estatal brasileira passou a ser a terceira maior empresa das Américas, quando investiu aproximadamente 54 bilhões de reais na economia brasileira e foi reconhecida internacionalmente pelos seus processos produtivos sustentáveis, eficientes e inovadores na exploração de petróleo em águas profundas. Em 2009, no segundo Governo Lula, foi aprovada a Lei de Partilha do pré-Sal, que delegava ao Ministério de Minas e Energia, por meio do CNPE, a decisão de entregar determinadas áreas diretamente à Petrobras, caso seja de interesse nacional, ou de realizar licitações. No caso de licitações, a lei permitia a participação de empresas estrangeiras, mas estabelecia a Petrobras como operadora única do pré-Sal com a participação mínima de 30% nos consórcios. Além disso, a nova legislação previa a criação de uma nova empresa estatal, a Petrosal, e do Fundo de Desenvolvimento Social (ANP, 2018a; ANP, 2018b; Coutinho, 2018).

A partir de então, notam-se algumas ações e reações de grupos políticos, empresas multinacionais, governos estrangeiros e outros atores em torno do setor de petróleo brasileiro que revelam elementos sobre a existência de “guerras por recursos” no Brasil. Nesse sentido, destacam-se, entre 2008 e 2010, o episódio do roubo de computadores e *hard drives* de uma sonda da Petrobras que continham informações sigilosas sobre a exploração do pré-Sal; a reativação da IV Frota dos EUA para monitorar também o Atlântico Sul; e o estabelecimento de canais de cooperação extra-oficial entre membros do Departamento de Justiça dos EUA e da Polícia Federal e do Ministério Público do Brasil. Soma-se isso, a comunicação entre executivos da Chevron, agentes do consulado dos EUA no Rio de Janeiro e o senador brasileiro José Serra sobre a possibilidade de reversão da Lei de Partilha do pré-Sal após as eleições e sobre a preocupação da Chevron em relação à ascensão de empresas estrangeiras estatais no mercado brasileiro, como a chinesa Sinopec e a russa Gazprom. Esse período também marca o lançamento da campanha “O petróleo tem que ser nosso”, promovida por movimentos sindicais e sociais, como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e a Associação dos Engenheiros da Petrobras (APET), que defendiam maior nacionalização do setor (Coutinho, 2018; Lacerda, 2018; Wikileaks, 2009).

Em meio a esses eventos, Dilma Rousseff foi eleita presidente em 2010, derrotando José Serra e prometendo dar continuidade aos projetos de desenvolvimento do pré-Sal. Em 2013, o governo aprovou uma lei que destinava 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para saúde. No entanto, novas pressões externas e domésticas provocaram mais disputas, conflitos e instabilidades em torno da Petrobras, do pré-Sal e do próprio governo. Ainda em 2013, foi divulgado pelo ex-analista da Agência Nacional de Segurança dos EUA, Edward Snowden, que a Petrobras e vários membros do governo brasileiro, incluindo a presidente, estavam sendo investigados pelo governo dos EUA desde 2011. Também em 2013, ocorreram diversos protestos no país liderados por movimentos políticos e sociais que tinham como foco a corrupção na Petrobras e o primeiro leilão do pré-Sal, que contou com baixa participação das multinacionais, sendo vencido pela Petrobras, Shell (Reino Unido/Holanda), Total (França), CNPC (China), CNOOC (China). Em 2014, o Ministério Público e a Polícia Federal lançaram a operação “Lava Jato”, que revelou esquemas de corrupção na Petrobras envolvendo burocratas, políticos e empresários do alto escalão nacional. A operação também contou com a cooperação extra-oficial entre membros do Ministério Público e do Departamento de Justiça dos EUA e com amplo apoio dos meios de comunicação (Coutinho, 2018; Lacerda, 2018).

Apesar das instabilidades e da crescente oposição, Dilma foi reeleita em 2014, porém sofreu um processo de impeachment em 2016. Além da ruptura política, o episódio também marcou uma reviravolta na política econômica do governo e no setor do petróleo, com o presidente interino Michel Temer e o novo ministro das relações exteriores José Serra assumindo uma agenda favorável às multinacionais do petróleo, que solicitavam: fim da liderança da Petrobras como operadora única no pré-Sal; privatização dos ativos e a desintegração da Petrobras; renovação dos subsídios à importação; redução das metas do conteúdo nacional; aceleração dos leilões de privatização do petróleo; redução dos impostos sobre a renda petroleira;

abertura do mercado de trabalho para estrangeiros; e desvio da obrigação contratual do investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil (Coutinho, 2018).

Ainda em 2016, Temer aprovou a Lei 13.365, que revogou a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do pré-Sal, e decretou a isenção fiscal de 40 bilhões de dólares por ano para as empresas de petróleo estrangeiras. Em seguida, a Petrobras lançou o Programa de Parcerias Estratégicas e o Plano de Negócios e Gestão, que iniciou um processo de desinvestimentos e de privatização dos seus ativos. Em 2017, também passou a adotar uma nova política de preços que oscilavam de acordo com a variação da cotação internacional do barril petróleo. Segundo a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET), a medida aumentou a exportação de petróleo cru e a importação de derivados, favorecendo empresas estrangeiras importadoras de petróleo e desfavorecendo as refinarias nacionais, que passaram a operar com capacidade ociosa, alterando a balança comercial do país. Em 2015, o diesel importado dos EUA correspondia a 40% do total importado, percentual que passou a ser de 80% em 2017, beneficiando produtores norte-americanos, *traders* e empresas internacionais que operavam no Brasil (Coutinho, 2018; Lacerda, 2018).

A partir de 2017, a ANP realizou sucessivas rodadas de leilão do pré-Sal da Bacia de Santos e da Bacia de Campos, que foram marcadas pela grande presença de empresas estrangeiras, que, ao final, conseguiram arrematar mais de 75% do total das reservas descobertas do pré-Sal (Coutinho, 2018; DW, 2018). Dentre as empresas estrangeiras vencedoras estão Shell (Reino Unido/Holanda), Total (França), Statoil (Noruega), Petrogal (Portugal), ExxonMobil (EUA), Chevron (EUA), BP (Reino Unido), Repsol Sinopec (China), CNOOC (China), CNODC (China), QPI (Qatar) e Ecopetrol (Colômbia). (ANP, 2017a; ANP, 2017b; Correa, Ordoñez, 2018; ANP, 2018a, ANP, 2018b).

Em 2018, a Petrobras fechou um acordo judicial nos EUA para o pagamento de 2,95 bilhões de dólares aos acionistas da empresa no país pelas desvalorizações sofridas ao longo da Lava Jato (Coutinho, 2018; Lacerda, 2018). No ano seguinte, a empresa passou por mais um processo de desinvestimentos, vendendo ações da BR Distribuidora e da Liquigás no mercado financeiro e a refinaria de Pasadena mais outros ativos para a Chevron por menos da metade do preço pago em 2006 (G1, 2019a). No caso da BR Distribuidora, a Petrobras passou de 70% para menos de 30% do controle acionário, e, no caso da Liquigás, vendeu todas suas ações. Em entrevista, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, anunciou que também iria privatizar outros segmentos, como a Gaspetro, assim como flexibilizar algumas operações de contratação de funcionários e de prestação de serviços. Disse ainda não estar preocupado com uma possível transferência do domínio da Gaspetro para o setor privado nem para uma empresa estrangeira e que a Petrobras iria se concentrar majoritariamente no pré-Sal (Vargas, 2019). Por fim, ainda em 2019, a Petrobras se recusou a abastecer um navio iraniano que fazia comércio com o Brasil em razão das sanções econômicas dos EUA impostas ao Irã, o que provocou tensões comerciais e diplomáticas entre os países. Questionado sobre o assunto, o presidente Jair Bolsonaro declarou que o Brasil respeitaria as sanções por estar alinhado à política dos EUA (G1, 2019b; El País, 2019).

CONCLUSÃO

O setor de petróleo no Brasil foi e continua sendo palco de diversas disputas e conflitos entre diferentes atores nacionais e internacionais pelo seu controle. Ao longo do século XX, foram constantes as tensões entre governos e diferentes setores sociais no Brasil no que diz respeito às políticas econômica e externa e às decisões relacionadas a processos de desenvolvimento, estatização, nacionalização e abertura econômica do setor de petróleo, havendo um embate entre modelos liberais e nacionais desenvolvimentistas. No início do século XXI, no qual se destaca a descoberta do pré-Sal, observou-se, no Brasil, uma tentativa de retomada de um modelo desenvolvimentista no setor de petróleo e de maior projeção internacional. A partir de 2009, nota-se se um período de instabilidades políticas e pressões geopolíticas que levaram a uma mudança radical do setor, despertando ainda mais instabilidades, disputas e crises, seguidas de abertura econômica, privatizações e desinvestimento no setor de petróleo e de novos alinhamentos externos.

No que diz respeito aos atores internacionais, tem-se a histórica presença dos EUA e de suas empresas multinacionais pressionando governos por maior abertura econômica e alinhamento político. No século XXI, é possível identificar a participação de instituições políticas, jurídicas e de segurança nacional dos EUA no setor de petróleo brasileiro, sobretudo por meio de espionagem comercial, lobby, cooperação extra-oficial e diplomacia secreta. Além disso, percebe-se a crescente projeção e presença da China, da Rússia e de outros países sobre o pré-Sal, com participação expressiva nos leilões realizados.

Nesse sentido, considerando todos os elementos apresentados, pode-se afirmar que a realidade do setor está bem próxima da ideia de uma “geopolítica de guerras por recursos”, na qual as potências internacionais pressionam países em desenvolvimento e os atores domésticos disputam instituições de poder e ativos econômicos relacionados aos recursos naturais. No entanto, ressalta-se que esse fenômeno é complexo e manifesta-se por diversos meios, sendo ainda necessário aprofundar agendas de pesquisa e desenvolver novos estudos e metodologias para observar, identificar e medir de maneira mais precisa e eficiente o fenômeno. Por fim, vale ressaltar que o Brasil é um dos maiores detentores de recursos naturais do mundo e um país em desenvolvimento com fragilidades políticas, econômicas e sociais, o que o torna um interessante alvo nessa geopolítica e demanda maior atenção, reflexão e entendimento sobre a relação entre recursos naturais, poder, soberania e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANP (2017a). *Resultado das 3ª rodada de partilha da produção do Pré-Sal*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/resultados> [Acesso em: 14 outubro 2019].

ANP (2017b). *Resultado das 2ª rodada de partilha da produção do Pré-Sal*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/2-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal/resultados> [Acesso em: 14 outubro 2019].

ANP (2018a). *As rodadas de licitações*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/as-rodadas-de-licitacoes> [Acesso em: 14 outubro 2019].

ANP (2018b). *Os regimes de concessão e partilha*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha> [Acesso em: 14 outubro 2019].

Cervo, A. L (2008). *História da política exterior do Brasil*/Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Correa, M; Ordoñez, R (2018). 'Confira quem levou cada bloco da 4ª rodada do leilão do Pré-Sal'. *Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/confira-quem-levou-cada-bloco-da-4-rodada-do-leilao-do-pre-sal-22754595> [Acesso em: 20 outubro 2019].

Coutinho, F. (2018). 'Histórico da disputa pelo Pré-Sal e a renda petroleira'. *APET*. Disponível em: <https://felipecoutinho21.wordpress.com/2018/04/21/eventos-historicos-da-disputa-pelo-pre-sal-e-a-renda-petroleira/> [Acesso em: 20 outubro 2019].

Dias, J. L. M; Quaglino, M. A. (1993). *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: CPDOC: Petrobras.

DW (2018). 'Governo arrecada 682 bilhões de reais em leilão do Pré-Sal'. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/governo-arrecada-682-bilhoes-de-reais-em-leilao-do-pre-sal/a-45678780> [Acesso em: 20 outubro 2019].

El País (2019). 'STF manda Petrobras abastecer navios iranianos parados no Brasil'. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/25/politica/1564071681_129387.html [Acesso em: 20 outubro 2019].

G1 (2019a). 'Chevron conclui compra da refinaria de Passadena da Petrobras'. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/01/chevron-conclui-compra-de-refinaria-de-pasadena-da-petrobras.ghtml> [Acesso em: 22 outubro 2019].

G1 (2019b). 'Petrobras diz que abasteceu navios iranianos parados no PR devido às sanções dos EUA'. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/19/petrobras-diz-que-nao-abasteceu-navios-iranianos-por-conta-de-sancoes-dos-eua.ghtml> [Acesso em: 22 outubro 2019].

Garcia, E. V. (2005). *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

IEA (2019). *Atlas of Energy*. Disponível em: <http://energyatlas.iea.org> [Acesso em: 10 outubro 2019].

Klare, M. (2008). *Rising powers, shrinking planet: the new geopolitics of energy*. New York: Metropolitan Books.

Klößner, L (2001). 'O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial'. *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande/MS*. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5722246430643375767694402644968017367.pdf> [Acesso em: 11 novembro 2019].

Lacerda, D. (2018). 'O petróleo brasileiro e a geopolítica internacional. Uma linha do tempo'. *GGN*. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/o-petroleo-brasileiro-e-a-geopolitica-internacional-uma-linha-do-tempo-por-daniel-da-silva-lacerda/> [Acesso em: 24 outubro 2019].

Lobato, M (1956). *O escândalo do petróleo e ferro*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Ortiz Neto, J. B; Costa, A. J. D. (2007). 'A Petrobrás e a exploração de petróleo offshore no Brasil: um approach evolucionário'. *Revista Brasileira de Economia*, 61(1), pp. 95-109 [online]. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402007000100006> [Acesso em: 20 outubro 2019].

Passarinho, N. (2019). 'As dicas ao Brasil do iraquiano que ajudou a Noruega a dar a volta por cima com o petróleo'. *BBC*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-49299120?> [Acesso em: 20 outubro 2019].

Peyerl, D; Figuerôa, S. F. (2012). 'A Petrobras prepara seu pessoal técnico. – 1950 -1970'. *Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium*, Ituiutaba, 3(2), p. 363-374 [online]. Disponível em: <file:///C:/Users/HOME/Downloads/19622-Texto%20do%20artigo-79299-1-10-20121230.pdf> [Acesso em: 16 outubro 2019].

Vargas, I. M. (2019). Petrobras já levantou R\$ 57 bi com plano de privatizações neste ano. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/petrobras-levantou-r-56-bi-com-desinvestimentos-neste-ano.shtml?> [Acesso em: 20 outubro 2019].

Wikileaks (2009). *Can the oil industry beat back the Pré-Salt Law?* Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html [Acesso em: 04 novembro 2019].

Yergin, D (2010). *O Petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra.

———. (2014). *A busca: energia, segurança e a reconstrução do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Intrínseca.